

# FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS RECORRENTES NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO

CONTINUED TEACHER TRAINING: PERSPECTIVES AND EPISTEMOLOGICAL CONTRADICTIONS RECURRENT IN THE PREPARATION OF OFFICIAL EDUCATION DOCUMENTS

FORMACIÓN CONTINUADA DE PROFESORES: PERSPECTIVAS Y CONTRADICIONES EPISTEMOLÓGICAS RECURRENTES EN LA ELABORACIÓN DE DOCUMENTOS OFICIALES DE LA EDUCACIÓN



**Gislaine Aparecida de Matos\***

<http://orcid.org/0000-0002-9818-7533>

**Maria Selma Grosch\*\***

<http://orcid.org/0000-0001-5874-2072>

**Jaime Farias Dresch\*\*\***

<http://orcid.org/0000-0002-9488-1456>

## REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: MATOS, G. A.; GROSCH, M. S.; DRESCH, J. F.

Formação continuada de professores: perspectivas e contradições epistemológicas recorrentes na elaboração de documentos oficiais da educação. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 22, p. 1-19, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.4746>



**Resumo:** A formação continuada de professoras de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental é a temática deste artigo produzido a partir da pesquisa realizada no Mestrado em Educação, na UNIPLAC, que tem como objetivo investigar o que os documentos curriculares municipais indicam para a formação continuada de professores. A pesquisa foi realizada em Lages/SC a partir da análise da Proposta Curricular Municipal, do Projeto Conhecer: a excelência do ser na busca do saber e do fazer (2012) e do Plano Municipal de Educação (2015). Os resultados da pesquisa apresentam algumas contradições epistemológicas entre a defesa de uma perspectiva histórico-cultural e os quatro pilares da Educação de Jaques Delors. A formação continuada, diante deste cenário, torna-se fundamental para a elaboração de documentos, compreendendo o professor como parte deste processo.

**Palavras-chave:** Formação continuada de professores. Perspectivas epistemológicas. Documentos oficiais.

**Abstract:** The continuing education of teachers, from the 4th and 5th year of elementary school, is the theme of this article produced from the research carried out in the Master in Education, at UNIPLAC, with the objective of identifying the elaboration of official documents, as well as, the epistemological perspectives that guide continuing education and the teacher's work. In this way, it presents the results obtained from a documentary study on the official records. The research was carried out in Lages / SC based on the analysis of the Municipal Curriculum

Proposal, the Knowing Project: the excellence of being in the search for knowledge and doing (2012) and the Municipal Education Plan (2015). The research results present some epistemological contradictions between the defense of a historical-cultural perspective and the four pillars of Education by Jaques Delors.

**Keywords:** Continuing education of teachers. Epistemological perspectives. Official documents

**Resumen:** La educación continua de los docentes, desde el cuarto y quinto año de la escuela primaria, es el tema de este artículo producido a partir de la investigación realizada en el Máster en Educación, en la UNIPLAC, que tiene como objetivo investigar qué indican los documentos del plan de estudios municipal para la educación continua de los docentes. La investigación se llevó a cabo en Lages / SC a partir del análisis de la Propuesta Curricular Municipal, el Proyecto Conocer: la excelencia de estar en la búsqueda del conocimiento y el hacer (2012) y el Plan de Educación Municipal (2015). Los resultados de la investigación presentan algunas contradicciones epistemológicas entre la defensa de una perspectiva histórico-cultural y los cuatro pilares de la educación de Jaques Delors. La educación continua, ante este escenario, se vuelve esencial para la preparación de documentos, entendiéndolo al maestro como parte de este proceso.

**Palabras clave:** Formación continuada de profesores. Perspectivas epistemológicas. Documentos oficiales.



## Introdução

Este artigo foi produzido a partir da pesquisa realizada no Mestrado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense que tratou sobre a formação continuada de professores de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. Tem como objetivo identificar nos documentos oficiais as perspectivas epistemológicas que orientam a formação continuada e o trabalho docente. Este estudo informa sobre a trajetória educacional do município de Lages, em Santa Catarina, que aos poucos, foi evidenciando a necessidade de um processo participativo na elaboração de diretrizes educacionais. Isso porque a construção de um processo educacional, que tem como base os documentos norteadores oficiais, exige que os sujeitos envolvidos tenham conhecimento sobre os fundamentos políticos e os rumos a serem seguidos pelo sistema de educação municipal.

A partir dos estudos sobre alguns documentos legais e sua materialidade, direcionamos o olhar e análise sobre as epistemologias que compõem estes regimentos municipais considerando que possuem perspectivas e conceitos fundamentais para o desenvolvimento da educação e para a orientação do trabalho docente. No decorrer da pesquisa, tornou-se evidente a necessidade de compreender qual linha epistemológica a educação municipal seguia para que, assim, pudéssemos discorrer sobre o processo de formação continuada do referido sistema. Em decorrência deste estudo, percebemos divergências entre algumas concepções teóricas abordadas. Neste sentido, compreendemos que a problemática está relacionada com as contradições epistemológicas na elaboração de alguns documentos oficiais.

Para atender o objetivo da pesquisa, buscamos conhecer a Proposta Curricular Municipal e investigar o que a mesma indicava para a formação continuada de professores. Cabe ressaltar que, durante a busca deste documento no ano de 2018, foi-nos relatado pela equipe da Coordenação do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Lages (SMEL) que existe um processo em andamento para se construir uma nova Proposta Curricular para o município, iniciado em fevereiro de 2018, com previsão de término para 2020. De acordo com o relato, sentiu-se a necessidade de reformulação dos documentos oficiais para que estes viessem a apresentar linhas epistemológicas mais claras, em consonância com o que se pretende para a educação municipal, conforme a administração atual.

Também foi objeto de estudo o Projeto Conhecer: a excelência do ser na busca do saber e do fazer (LAGES, 2012), documento elaborado pela Secretaria de Educação do município, utilizado no período de 2001 a 2012, além do Plano Municipal de Educação de Lages (LAGES, 2015). Para compor a discussão na análise documental, discorreremos sobre os estudos de Marx (1979), Mueller (2017),

\* Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Diretora escolar do Sistema Municipal de Educação de Lages/SC.  
E-mail: gismatto@hotmail.com.

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC).  
E-mail: selmagrosch@gmail.com

\*\*\* Doutor em Educação pela UFScar. Mestre em Educação (UNESP-Rio Claro). Coordenador e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac).  
E-mail: jaimefdresch@gmail.com

Saviani (2007; 2010; 2013), Vigotski (2007) e documentos como o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) e a Lei n. 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996).

## **1 Educação municipal e formação continuada: o que dizem os documentos que regem a educação no município de Lages/SC**

Para o desenvolvimento da pesquisa, buscamos compreender a proposta curricular para a formação continuada, e encontramos no Plano Municipal de Educação (PME) (LAGES, 2015) evidências que apontam para a responsabilidade de alinhar as prerrogativas e necessidades educacionais municipais ao que determina o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014). Outro documento que fez parte da pesquisa documental foi o Projeto Conhecer: a excelência do ser na busca do saber e do fazer (LAGES, 2012), que foi lançado em 15 de fevereiro de 2002, no III Ato da Educação Municipal e vigorou como documento norteador do sistema municipal no período compreendido entre o segundo semestre de 2001 e o ano de 2012. O Projeto Conhecer surgiu a partir da ideia de substituir o documento norteador anterior, denominado “Educação como sabor de saber”.

Optamos em analisar estes documentos, o PME e o Projeto Conhecer, haja vista a importância para o desenvolvimento da educação municipal. Destacamos que o PME de Lages, aprovado em 23 de junho de 2015, foi construído conforme os compromissos que são definidos no PNE, aprovado um ano antes e que preconiza a erradicação do analfabetismo, entre outras questões que evidenciam a necessidade de valorização profissional e a melhoria da qualidade do ensino. Diante disto, o PME assume um papel de destaque, uma vez que orienta os possíveis documentos que possam ser elaborados posteriormente. Justificamos a pesquisa sobre o Projeto Conhecer (2012) por identificarmos a ausência de uma Proposta Municipal mais atual, sendo este Projeto um dos documentos que orientou a educação do município por mais de dez anos e, por estabelecer metas educacionais em uma abordagem teórica, apresentando as concepções e bases epistemológicas que o sistema de educação municipal tem como princípio.

Com base nos dados encontrados no Projeto Conhecer, na ocasião de sua construção, foram mobilizados profissionais de diversos setores ligados à educação, como o Setor de Ensino e o de Projetos da Secretaria de Educação. As ações previstas neste documento estão embasadas na Constituição Federal, de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, no Plano Nacional de Educação, de 2001 bem como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Este Projeto, na apresentação, enfatiza que o mesmo se constitui como um importante referencial para a elaboração de novas diretrizes e políticas

educacionais para o município, tornando-se uma base para a construção de novas propostas para a educação.

Em seu texto, aponta que o município de Lages, por meio da Secretaria de Educação, visa possibilitar melhores condições de aprendizagens aos estudantes, bem como a melhoria da qualidade de ensino e, para isso, prioriza ações que visem o acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola. Sobretudo, preza por uma escola pública, laica e que tenha qualidade social, envolvendo todos os sujeitos, buscando avanços em todos os sentidos que dizem respeito à educação, com objetivos a serem alcançados, os quais giram em torno da integralidade e formação do estudante como cidadão e futuro profissional.

Ao elaborar este projeto, a Secretaria Municipal de Educação e os parceiros nesta trajetória embasaram-se na compreensão de que se faz necessário evidenciar novas oportunidades de ressignificação docente, ou seja, trabalhar na perspectiva educacional de modo a proporcionar a qualidade em todos os sentidos que dizem respeito ao espaço escolar. Para isso, foram realizados estudos a partir de diagnósticos e dados estatísticos referentes aos anos anteriores à elaboração do Projeto. Dessa forma, segundo o documento, a leitura crítica e análise proporcionaram olhares direcionados à organização de estratégias para atingir melhorias, consolidando princípios norteadores para o trabalho de todos os sujeitos de forma participativa.

Subsequente a este pensamento, defende-se no documento a necessidade de que a escola se constitua num espaço em que todos os profissionais tornem este, um ambiente favorável ao processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, consta n o Projeto Conhecer que:

São os educadores que têm o compromisso de aprender o conhecimento que historicamente circula na sociedade e trazê-lo para dentro da escola, estabelecendo a interação com essa mesma sociedade, recuperando o papel social da escola na formação do ser humano. (LAGES, 2012, p. 09).

Para que se concretizassem tais objetivos foi preciso ressaltar que todos os profissionais da Educação deveriam estar a par deste documento, conhecendo-o integralmente para que, a partir dele, novas estratégias de ação fossem elaboradas, oportunizando propostas de ações nas Unidades de Ensino e contribuindo para uma educação emancipatória. Conforme o PME:

É consenso, dos que têm a educação como objeto de sua análise, de que a tarefa de ensinar é uma atividade exigente e complexa, sendo assim, não se pode esperar que os professores saibam fazê-lo simplesmente por que passaram pela escola. Faz-se necessário, neste contexto em constante transformação,

criar espaços de formação e de reflexão contínuos sobre o fazer pedagógico. (LAGES, 2015, p. 15)

O referido documento enfatiza a importância do estudo contínuo, pois somente o conhecimento adquirido em anos escolares não supre a necessidade educacional. Neste sentido, aponta a formação continuada como um constante processo de transformação para o fazer pedagógico. No entanto, instiga a reflexão, quando defende que a educação é compromisso de todos, ou seja, o sucesso na sala de aula, em relação ao aprendizado dos estudantes, não compete somente à formação inicial ou continuada de professores. É preciso haver valorização profissional, condições dignas de trabalho, salário e plano de carreira para todos os profissionais da educação. Complementa, ainda, que essas são questões fundamentais e que devem fazer parte da “agenda política das esferas administrativas, posto que a não simultaneidade desta tríade acaba comprometendo a qualidade no processo educativo” (PME, 2015, p. 15).

Conforme aponta o PME de Lages, a formação inicial não dá conta de suprir todas as necessidades cotidianas da sala de aula e, para isto, é fundamental que o professor esteja em busca de conhecimentos que contribuam com a sua prática, entendendo que os cursos de formação não podem ser tratados como acúmulos de certificados ou aquisição de informações técnicas. Criar espaços de formação continuada para que se ofereçam momentos de reflexão é fundamental para rever conceitos e práticas, de modo a interferir na própria constituição profissional dos professores.

Consta no documento que o processo reflexivo sobre a prática docente necessita de criticidade e, segundo a visão do PME (LAGES, 2015), isto se torna necessário para que o aprendizado do estudante não seja incompleto. Além disso, de acordo com o Plano, para que a melhoria da educação se concretize no âmbito municipal, é necessário intervir no trabalho do professor por meio de ações que possibilitem a transformação da ação. Como informa o PME, a Secretaria Municipal de Educação de Lages constituiu um grupo de formadores, em todos os níveis e modalidades de ensino e, ainda, uma equipe com profissionais técnicos, com o objetivo de proporcionar suporte na elaboração de Projetos com temas transversais para auxiliar nas ações de “aperfeiçoamento continuado” (LAGES, 2015, p. 16).

Cabe destacar que o PME de Lages traz em seu arcabouço teórico orientações sucintas ao que condiz com a formação continuada, apontando de forma restrita e objetiva no que concerne ao modo de trabalhar este processo com os professores, assim como os aspectos gerais da composição da equipe. Diante disso, ressalta-se que ainda existem lacunas ao que se refere a elaboração deste documento no que condiz ao aprofundamento teórico e espaço para a abordagem sobre a formação continuada de professores.

Com base no Projeto Conhecer (LAGES, 2012), para alcançar os objetivos relacionados à qualidade educacional, é preciso fomentar que o professor e demais profissionais da educação pensem na escola que se quer; para quem é a escola; e como implementar as ações que estão previstas no papel, ou seja, nos documentos oficiais. Nesse sentido, o Projeto destaca que o conhecimento é produzido pelo homem em uma relação histórica e cultural. Para definir pressupostos de uma escola inclusiva e de qualidade buscou-se, na sua elaboração, respaldo em embasamentos teóricos, filosóficos e metodológicos em conformidade com a Proposta Curricular de Santa Catarina. A partir disso, com base em tais reflexões, definiu-se a teoria que embasa o Projeto Conhecer como a Concepção Histórico Cultural, pautada em Vigotski, Luria, Leontiev, dentre outros. O documento expressa que, com base nesta concepção, a sociedade é marcada pelo modo de produção capitalista, no qual a concentração de renda e a cultura de forma global produzem situações sociais que desafiam a educação a buscar a transformação desta realidade. Tais posturas educacionais necessitam abranger todos os âmbitos, assim como as políticas públicas direcionadas à educação.

Conforme os estudos de Vigotski (2006), a interação ocorre a partir das relações com o outro e com o meio em que vive, desta forma, a aprendizagem humana passa a ser intrinsecamente ligada ao processo de relação entre os sujeitos, por meio da mediação historicamente construída. Seguindo esta linha de pensamento, o Projeto Conhecer evidencia a ideia de que a sociedade não se constrói naturalmente, pois é produzida pelo homem. O ser humano, como sujeito ativo socialmente, é considerado como partícipe neste processo, sendo responsável pela transformação e construção da cidadania, assumindo assim seu papel como sujeito que compõe o coletivo social.

Diante desta colocação, entende-se que o sujeito pode intervir no meio através de suas ações. A interação social é considerada, neste processo, como fundamental, pois é por meio dela que os sujeitos exercem as trocas, o que contribui para sua formação como sujeito histórico na construção da sociedade. Sendo assim, o Projeto Conhecer (LAGES, 2012, p. 13) explica que: “Visto como tal, posto que seja capaz de transformar a natureza, seus meios e a si, a concepção de sociedade pretendida pela SMEL segue a perspectiva do materialismo histórico”. Com base nesta perspectiva, afirma-se que a educação tem como finalidade buscar a formação de seus estudantes de forma integral, como seres humanos pensantes, capazes de participar da vida coletiva.

Este projeto, pautado no materialismo histórico, defende a concepção de que o sujeito é visto como ser histórico e cultural que tece relações com o propósito de transformação fundamentada na perspectiva de construir formas de ver o mundo a partir da sua construção histórica e por meio da organização social. Descreve ainda a concepção

de aprendizagem, a qual expressa que é por meio dela que o desenvolvimento do sujeito acontece, gradativamente construindo-se como ser humano e social. No ambiente escolar, o estudante interage com outros sujeitos, o que resulta no processo de humanização. Segundo o Projeto, a aprendizagem do estudante precisa contemplar conhecimentos inerentes à sua construção intelectual e formação integral.

Com relação ao PME (2015), aponta-se a necessidade de algumas reflexões direcionadas às questões previstas para o Ensino Fundamental e Médio, indicando alguns pontos que precisam ser cumpridos: a elaboração de Política de Aperfeiçoamento Continuo e sua aplicabilidade na prática, tendo em vista o “Trabalho Assistido” com o objetivo de auxiliar o trabalho pedagógico de modo a tornar-se importante a reflexão sobre a ação. O trabalho didático-pedagógico do professor é considerado pelo PME como uma ação que necessita de respaldo, tanto teórico quanto prático, pois o professor é um ser em constante transformação e sua ação não pode ser considerada meramente como técnica ou mecânica. A maneira como o professor media suas aulas, sua didática, torna-se fundamental para que o estudante construa conhecimentos significativos, para que compreenda de fato não somente os conteúdos, mas o contexto em que está inserido (LAGES, 2015).

Com base nestas evidências, torna-se fundamental que os documentos oficiais que regem a educação municipal estejam voltados para a prática educacional e, principalmente, para o que se pretende desenvolver no sistema municipal de educação. Para estarem voltados para a prática pedagógica, a elaboração de tais documentos precisa ocorrer juntamente com os profissionais docentes, imbuídos de um mesmo propósito, de modo que os conhecimentos possam ser explorados pelos sujeitos e que estes possam compreender, disseminar e aplicar o conteúdo estabelecido nos documentos que norteiam a educação.

Ainda, é necessário compreender o real sentido do “trabalho assistido”, citado no PME (2015), pois este não pode ser entendido como um processo fiscalizador em que o professor sinta-se limitado ou inspecionado de forma reprimida, e sim, um par que venha a contribuir no trabalho docente sem comedir seu trabalho em sala de aula. Vigotski (1998) expressa o princípio da cooperação, o qual pode ser considerado fundamental no espaço da formação continuada, pois, ao relacionar a zona de desenvolvimento próximo, justifica o significado da presença do outro, ou seja, um par com mais experiência para que haja possibilidade de desenvolver o conhecimento construído historicamente, desta forma, avançando de estágio conforme a maturação.

O Projeto Conhecer (2012) ressalta a justificativa da concepção de aprendizagem como Histórico-cultural, pois, “[...] concebe todo o processo educativo como ferramenta necessária ao seu desenvolvimento, ou seja, algo construído cultural e socialmente” (LAGES, 2012, p. 15). Nesta

visão, o professor tem o papel de mediador entre o sujeito e o objeto, que seria o conhecimento. Assim, o professor busca, por meio da interação, promover o contato e a construção de saberes pela mediação, não sendo este o único detentor do saber. Mediante este embasamento e perspectivas, a escola é considerada como espaço de interação e ambiente inclusivo, onde todos os sujeitos sejam respeitados em razão da diversidade nela existente. Ressalta, ainda, o exercício da cidadania, que deve ser valorizado por todos, de modo que os conhecimentos inerentes às particularidades sejam reconhecidos.

Para tanto, o Projeto Conhecer expressa que a SMEL construiu uma proposta pedagógica que visa orientar ações em todos os âmbitos educacionais, com base na compreensão de que:

O ser humano é um ser histórico e social. b) A história é resultado da ação do homem, pelo trabalho; c) O conhecimento é patrimônio coletivo, portanto de direito de todos; d) A educação é uma atividade humana que tem como função básica a socialização do conhecimento historicamente produzido no contexto das novas gerações; e) A socialização do conhecimento se torna possível por políticas públicas que levem em conta o caráter histórico e social de cada sujeito, bem como do próprio processo educacional. (LAGES, 2012, p. 16).

Ainda conforme os dados constantes no Projeto Conhecer (2012), evidencia-se o conteúdo embasado também na Proposta Curricular de Santa Catarina, que discorre sobre a importância de Programas que respaldem a educação, inclusive na educação continuada dos professores e aperfeiçoamento dos gestores.

Com base no item que se refere ao Ensino Fundamental, obrigatório aos estudantes de 6 a 14 anos<sup>1</sup>, entende ser necessária esta oferta, também aos que já não se encontram nessa faixa etária, garantindo-se a qualidade do ensino e, principalmente, da ação pedagógica. As metas estabelecidas neste item são embasadas no artigo 32 da LDB e direcionam várias ações necessárias para o desenvolvimento do estudante de forma integral. Entre esses direcionamentos, a formação continuada é citada como necessária para manter este processo.

Entre os projetos direcionados ao Ensino Fundamental, o Projeto Conhecer ressalta que é necessário:

Promover o aperfeiçoamento permanente dos professores, através de reuniões pedagógicas e encontros de estudos, ampliando a competência docente; Promover avaliação permanente do currículo, verificando o aproveitamento das turmas, analisando os resultados obtidos, propondo novos encami-

1 A Emenda constitucional nº 59, de 11/11/2009 ampliou a faixa etária para a qual o acesso à educação é obrigatória e gratuita, sendo atualmente dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.



nhamentos e modificações na metodologia de ensino; [...] Buscar atualização permanente. (LAGES, 2012, p. 34).

No que tange à formação continuada, a pretensão dessas “reuniões pedagógicas e encontros de estudo” relaciona-se a um processo formativo de sequência de estudos, pautados no desenvolvimento profissional e na atualização desses professores, com aprofundamento em temáticas educacionais e embasamento teórico que seja refletido na práxis escolar. Diante da perspectiva do Projeto Conhecer que envolve a formação continuada, as metas que condizem com este processo objetivam realizar a partir das temáticas de interesse dos professores e acompanhar nas escolas a prática pedagógica, em sala de aula, no mínimo um dia por semana, realizando atendimento individualizado para auxiliar as escolas a superarem as dificuldades didático-pedagógicas dos professores (LAGES, 2012).

Embora o processo de elaboração do projeto se fundamente numa concepção histórico cultural, observa-se que a concepção de escola elaborada pelo Projeto Conhecer está embasada na promoção de um espaço que contemple a “formação plena do sujeito”, propiciando que este consiga “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver<sup>2</sup> e aprender a ser”. Neste ponto, encontramos os “quatro pilares da educação”, definidos no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, de 1996<sup>3</sup>.

O Relatório, coordenado por Jacques Delors, foi publicado no Brasil com o título “Educação: um tesouro a descobrir” (DELORS, 2010). No que diz respeito ao Projeto Conhecer, a importância dos quatro pilares da educação é definida a partir das etapas que precisam ser cumpridas gradativamente. Ao mencionar o “aprender a conhecer”, o Projeto enfatiza que o conhecimento é considerado como base teórica e fundamental para o estudante, o “aprender a fazer” está relacionado à primeira etapa, a qual traz o conhecimento como fundamental para o fazer, implica em associar o conhecer com a prática. O “aprender a viver” diz respeito a um dos desafios da humanidade, aprender a viver em sociedade com atitudes de valores que percebam a educação como facilitadora da paz e do respeito e combate ao preconceito. Para o “aprender a ser”, o documento afirma que a educação se torna essencial para a formação plena do ser humano, em sua integralidade (LAGES, 2012).

Segundo o Projeto Conhecer, o último pilar da educação transcende aspectos cognitivos e intelectuais, sua visão é bem maior porque amplia para a necessidade da formação ética, envolvendo espírito, corpo, sensibilidade e valores com a finalidade de formar sujeitos capazes de interagir e promover relações interpessoais. Ainda que veja no outro possibilidades de transformação, enxerga-se como parte de um processo que necessita do coletivo em prol do bem comum (LAGES, 2012).

2 No Projeto Conhecer (LAGES, 2012, p. 15), o pilar “aprender a viver” é apresentado como um dos quatro pilares da educação, sendo seu conteúdo equivalente ao pilar “aprender a conviver”, como consta no Relatório publicado pela UNESCO (DELORS, 2010, p. 31).

3 No Documento analisado, consta, equivocadamente, o ano de 1999.

Com base nos estudos deste documento, evidencia-se uma contradição epistemológica. O espaço da formação continuada, diante deste cenário em que se apresentam perspectivas teóricas que divergem entre si, torna-se fundamental pensar na inserção do professor como sujeito ativo na elaboração de documentos voltados para a educação. Para tal contribuição, a formação continuada, em momentos de estudos aprofundados sobre as teorias torna-se essencial para que, desta forma, as concepções sejam compreendidas pelos profissionais da educação.

Ainda, se faz necessário que as concepções epistemológicas sejam abordadas de forma clara e entendidas pelos professores em uma abordagem crítica, de modo que possam pensar no espaço da sala de aula e, que a partir de estudos continuados, as teorias façam sentido para a prática, ao mesmo em tempo que esta seja vista dentro da teoria pretendida. Os documentos oficiais são necessários para auxiliar na prática docente, no entanto, precisam ser estudados e elaborados com base em concepções e perspectivas que não destoem da linha epistemológica a que se pretende e, principalmente, que o professor a encontre no trabalho pedagógico. Essa contradição epistemológica que mencionamos será analisada na próxima seção.

## 2 O projeto conhecer e as abordagens teóricas

Com base no estudo realizado, compreendemos que o Projeto Conhecer possui elementos importantes para nortear a educação municipal, porém, apresenta perspectivas contraditórias, com adoção de concepções epistemológicas que não se articulam. Evidenciamos no quadro 1 as teorias e concepções presentes no Projeto Conhecer.

**Quadro 1.** Quadro síntese das teorias e concepções presentes no Projeto Conhecer

Teoria que embasa o Projeto	Concepção Histórico-cultural	Embasado em Lev Semenovich Vigotski e na Proposta Curricular de Santa Catarina.
Concepção de sociedade	Materialismo histórico	Inspirado nos princípios de Karl Marx e Friedrich Engels
Concepção de aprendizagem	Histórico-cultural	Embasado em Lev Semenovich Vigotski
Concepção de escola	Formação Plena (Os quatro pilares da educação)	Inspirado em Jacques Delors e a Educação para o século XXI da UNESCO.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018)

Conforme o Projeto Conhecer (LAGES, 2012), para a elaboração deste documento buscou-se embasamento na Proposta Curricular de Santa Catarina, sendo esta fundamental para o reconhecimento e adoção da Concepção Histórico-cultural. É evidenciado, ainda, que o conhecimento é produzido pelo homem em uma relação histórico-cultural, sendo assim, é necessário que sejam promovidas ações educativas que contemplem o conhecimento do estudante, conforme os aspectos de sua cultura, construída historicamente.

Ainda com base neste documento, é preciso descharacterizar o modelo escolar capitalista e compreender a educação como um meio em que os desafios sejam enfrentados em prol de uma educação de qualidade e uma escola para todos. Neste documento, o modelo capitalista citado baseia-se na divisão de classes em que o conhecimento acaba, por sua vez, não sendo prioridade para todos. Assim, diante das colocações postas no Projeto Conhecer (2012, p. 13) em que aponta “[...] a concepção de sociedade pretendida pela SMEL [Secretaria Municipal de Educação de Lages] segue a perspectiva do **materialismo histórico**” (grifo do autor). Nesse contexto, a função histórica da educação é compreendida como a socialização e formação do ser para a vida em sociedade.

A partir disso, consideramos importante discorrer sobre as contribuições de Karl Marx (1979). Em seu estudo sobre a concepção dialética, Marx suscita reflexões fundamentais sobre o movimento dialético e sua importância para a construção social. Para ele, a transformação não está somente na reflexão, é necessário que o ato de refletir ou pensar seja relacionado com a matéria. Esta relação entre reflexão e matéria torna-se essencial para a mudança, pois de nada adianta somente o pensar se não estiver relacionado com a matéria, ou seja, com a existência.

Compreendemos que a teoria Histórico-cultural possui princípios vinculados ao materialismo histórico, visto em Marx (1979), pois as mudanças históricas são construídas conforme a reflexão e ação humana, relacionadas à matéria. Neste sentido, a construção social ocorre quando a reflexão passa a ganhar concreticidade, por meio da ação humana, materializando-se. A vida material é construída conforme as influências do meio, a partir da reflexão posta na matéria, em um movimento dialético.

O texto que compõe o Projeto Conhecer (LAGES, 2012) expressa que a concepção de aprendizagem nele defendida entende o processo educativo como necessário para o desenvolvimento do sujeito, o qual se constrói cultural e socialmente, contemplando, desta forma, a concepção Histórico-cultural.

Conforme Vigotski (2006), que segue os princípios do materialismo histórico, a aprendizagem ocorre na medida em que as relações são construídas a partir do contato com o outro e com o objeto. Este processo de interação com o meio ao longo da trajetória humana desenvolveu a construção do conhecimento produzido historicamente e culturalmente, conforme o contato com o meio em que vivem os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

O Projeto Conhecer (LAGES, 2012, p. 15) informa ainda que a aprendizagem ocorre através da mediação comprometida e conclui: “[...] nessa concepção o sujeito e o conhecimento (objeto) se relacionam através da interação social, posto que o conhecimento não acontece isoladamente”.

Mais adiante, no mesmo documento, o item 1.3 (LAGES, 2012, p. 15-16) o Projeto complementa que o homem

é concebido como sujeito histórico e social, afirmando que a história é resultado da ação do homem pelo trabalho e que “[...] o conhecimento é patrimônio coletivo, portanto de direito de todos (LAGES, 2012, p. 16)”. Aborda ainda a concepção de escola, explicitando que é pautada em uma perspectiva inclusiva, com o propósito de possibilitar condições ao estudante para o exercício pleno da cidadania e o respeito à diversidade. Para justificar a “formação plena do sujeito”, o Projeto Conhecer compreende que é necessário que o estudante consiga “aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser” (LAGES, 2012), sendo estes os quatro pilares da educação, como já mencionado.

Mueller (2017) realizou um estudo que apontou o paradoxo existente entre o trabalho e a educação, fazendo relação entre documentos referentes ao Programa de Avaliação Internacional das Competências dos Adultos (Pai-ca), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com uma educação voltada para o sistema toyotista, em que as habilidades e competências são direcionadas somente para o trabalho. O autor comparou os “quatro passos” de Allen e o TWI (*Training Within Industry*)<sup>4</sup>. Dos quatro passos de Allen, surgiram os “Programas J: instrução para o trabalho”. O referido autor faz uma analogia entre os “quatro passos para o trabalho” e os “quatro pilares da educação”, de Delors”.

Ao estabelecer a comparação entre os métodos formativos, Mueller (2017) evidencia que as relações entre trabalho e educação estão postas com o propósito de formar o cidadão para o desempenho profissional, contribuindo para a força produtiva. O autor associa cada pilar construído por Delors com os passos de Allen e considera que ambos instituem os passos a serem seguidos para se adquirir instrumentos que desenvolvam as habilidades adequadas para o mundo do trabalho. Assim, o autor considera que a educação passa a ser reduzida a um nível de qualificação profissional e complementa:

Se o horizonte previsto, em termos de formação humana, para a educação no século XXI continua sendo a produção e o nivelamento de sujeitos trabalhadores semiqualeificados, qualificados ou altamente qualificados, não considerando a possibilidade de ampliação das capacidades intelectuais científicas, tecnológicas e artísticas da ampla população (MUELLER, 2017, p. 685).

Nesta perspectiva, os quatro pilares da educação são vistos com sentido semelhante ao desenvolvimento profissional técnico, visando adequar o estudante aos interesses imediatos do mercado de trabalho. A escola, entretanto, precisa desempenhar o seu papel como um espaço de formação humana e social, descaracterizando o processo dominante excludente sobre o conhecimento, que busca

4 Metodologia desenvolvida por Charles Allen, em 1919, durante a Primeira Guerra Mundial e teve como objetivo utilizar métodos de treinamento para a indústria naval americana.

restringir os benefícios da educação a certos grupos. Nesse sentido, Saviani (1994, p. 5) afirma que: “[...] se trata de uma sociedade baseada na cidade e na indústria, se a cidade é algo construído, artificial, não mais algo natural, isto vai implicar que esta sociedade organizada à base do direito positivo também vai trazer consigo a necessidade de generalização da escrita”.

Diante disso, compreendemos e defendemos que é preciso superar a educação que instaura passos a serem cumpridos, como se o aprendizado fosse construído com bases em modelos a serem seguidos, de forma homogênea. E analisamos que algumas concepções de educação escolar aparecem em documentos oficiais, com bases epistemológicas contraditórias entre si, o que torna o estudo aprofundado de tais concepções e suas base epistemológica uma necessidade premente no espaço de formação continuada de professores.

Saviani (2008) aponta que o ato de “aprender a aprender” descaracteriza a aprendizagem construída historicamente, pois os conhecimentos adquiridos ao longo da trajetória não podem ser apagados para se desenvolver um novo aprendizado. O autor afirma que:

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2008, p. 13)

A aprendizagem ocorre histórica e culturalmente e a formação do sujeito tem grande relevância no processo social. Sendo assim, o processo educativo que é mediado pelos professores no espaço escolar tem papel decisivo no desenvolvimento do conhecimento empírico, passando para o conhecimento científico, que considera os conhecimentos construídos historicamente. Diante das considerações postas, observamos que o Projeto Conhecer (LAGES, 2012) apresenta concepções marxistas e com base nas contribuições de Vigotski, assim como nos quatro pilares da educação, de Delors (DELORS, 2010). As teorias e perspectivas citadas no documento, portanto, apresentam concepções divergentes entre si. Conforme as colocações de Mueller (2017) e Saviani (2008) os quatro pilares da educação não condizem com uma perspectiva de educação embasada na teoria histórico-cultural de base marxista.

Com relação ao conteúdo exposto o documento constitui características epistemológicas heterogêneas e, com

isso, nos reportamos à pesquisa de Masson (2012), que compreende que o enfoque marxista deve partir de uma abordagem ontológica, em que o conhecimento parte da interação com o meio, o que constitui o modo de ser. A autora considera que a educação constitui lacunas quanto ao enfoque marxista. Em seu estudo, enfatiza que ainda existe entendimento de forma fragmentada e interpretações que acabam, por sua vez, reproduzindo características que não estabelecem relações necessárias entre a singularidade, a particularidade e a universalidade do real. Essas relações que não são compreendidas, são vistas como negligenciadas, pois analisam a realidade em partes, ou seja, de modo fragmentado.

Cabe destacar que, durante a pesquisa, procuramos a Secretaria Municipal de Educação para saber se existe outro documento que rege a educação municipal de Lages. Conversamos com a Coordenadora do Ensino Fundamental no início do ano letivo de 2018, que nos forneceu algumas informações a partir de um diálogo informal. A Coordenadora relatou que atualmente não existe uma proposta oficial sistematizada, mas informou que está sendo construída, num processo que teve início em fevereiro de 2018 e término previsto para 2020. Conforme a entrevistada, este documento está sendo elaborado nos encontros de formação continuada, em dois momentos: no primeiro com a participação dos professores de 4º e 5º ano e, no segundo momento será realizado com os professores do 1º ao 3º ano.

Quando questionada sobre o Projeto Conhecer, a coordenadora respondeu que foi o mais recente documento elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, mas que não está sendo usado por esta gestão por possuir algumas características confusas quanto às linhas teóricas nele presentes. Informou que a elaboração da Proposta Curricular Municipal de Lages foi pensada também no sentido de esclarecer as concepções teóricas da educação municipal, objetivando, também, um documento mais atualizado para a educação do município.

Com base no estudo realizado sobre o Projeto Conhecer, e embasando-nos também no referencial teórico, compreendemos a importância da elaboração de uma Proposta Curricular Municipal que aborde os aspectos educacionais com teorias e concepções que façam sentido para a educação, de modo que viabilize o conhecimento em todo o âmbito escolar, principalmente, sendo visto como um referencial teórico e prático para os professores do sistema municipal de educação.

Concluimos que a construção de documentos oficiais precisa ser elaborada a partir da realidade municipal contemplando, principalmente, perspectivas e conceitos que sejam pensados amplamente para a educação que se pretende construir. Para isto, se faz necessário buscar estudos e epistemologias convergentes entre si, pois tais concepções precisam ser claras e seguir uma linha epistemológica

por meio de concepções que se relacionam com a finalidade de atingir os objetivos pretendidos e, ainda, fazer sentido para a prática docente. Que tomem como referência a realidade local e, principalmente, que sejam compreendidas e desenvolvidas pelos professores. Isso porque o conhecimento precisa fazer parte da teoria, do documento e, fundamentalmente, da prática docente.

### **Considerações finais**

Pesquisar a formação continuada e seus efeitos no cotidiano escolar proporcionou um olhar aprofundado, provocando reflexão e análise sobre este processo na formação de professores e os impactos na prática pedagógica escolar. Em virtude deste estudo, tornou-se fundamental compreender alguns aspectos que envolvem a formação continuada, tendo como base os documentos oficiais que respaldam a educação no município de Lages.

No decorrer da pesquisa percebemos a importância dos documentos oficiais para a orientação do trabalho docente, no entanto, surgiram evidências de concepções teóricas resultantes de posições epistemológicas heterogêneas. Neste aspecto, destacamos, para futuros estudos, que a problemática encontrada parte das contradições teóricas epistemológicas verificadas nos documentos oficiais para educação do município de Lages, bem como sobre a formação continuada para professores. Os documentos analisados foram elaborados de forma coletiva, porém, abordam teorias e perspectivas que divergem entre si. O que indica a necessidade de mais discussões sobre a temática e estudo aprofundado, ainda, a participação dos professores do sistema de ensino, por meio da formação continuada.

No que tange à análise sobre as políticas públicas para a formação continuada de professores, especificamente de 4º e 5º ano, consideramos o estudo bibliográfico e documental como grande suporte para a compreensão deste processo. Observou-se que a legislação e os documentos oficiais para a educação nacional, estadual e municipal contemplam a necessidade da formação continuada para professores em todos os níveis.

Conforme os aspectos relacionados à qualidade de ensino, estes evidenciam que as defasagens ou avanços no processo educacional não dependem de uma única causa, os resultados educacionais são respostas produzidas a partir de um conjunto de princípios e de ações que formam a educação. Dizer que o sucesso na sala de aula depende apenas de uma formação continuada de professores, com qualidade, é desconsiderar que o ambiente escolar se faz com relações e respaldo dentro e fora dos muros da escola.

Saviani (2013) afirma, referindo-se às políticas educacionais, que parece que cada governo quer deixar a sua marca e retira ou implanta novos programas, contribuindo para a descontinuidade. Com isso, concluímos que o governo, por vezes, não abrange o contexto da prática escolar

em sua totalidade. Nesse sentido, as políticas educacionais precisam considerar as dificuldades existentes para a materialidade da prática pedagógica e instituir propostas educacionais que envolvam todos os professores, em todos os níveis de ensino.

O PME (LAGES, 2015) aponta necessidades na educação e objetivos a serem cumpridos, entre os quais, a consolidação da política de formação de professores, ressaltando que é essencial que os objetivos estejam de acordo com as diretrizes curriculares nacionais. No entanto, reconhece que somente a formação inicial não consegue suprir todas as necessidades docentes, tornando importante o acompanhamento de programas que respaldem as ações do professor, de modo a auxiliá-los em sua prática pedagógica.

Diante das situações postas, percebemos que o sistema municipal de ensino de Lages, na atual administração, ainda não tem uma Proposta Curricular que sirva como documento norteador. Este dado evidencia que a educação de Lages necessita de um documento que explicita as bases teóricas e que, principalmente, embasa o trabalho do professor de forma clara e sem mistura epistemológica que se contradizem.

A Secretaria Municipal de Educação iniciou a elaboração da Proposta Curricular em 2018 com previsão de término para 2020 e ressalta a importância da participação dos professores, por meio dos encontros de formação continuada. Isso demonstra que é possível construir um processo participativo que resulte na elaboração de uma Proposta Curricular, de modo que este seja um documento oficial com significado para os sujeitos envolvidos, ainda, que esteja em consonância com a realidade escolar e que possa contribuir para o desenvolvimento da educação como um todo.

Com base na análise do PME (LAGES, 2015) e do Projeto Conhecer (LAGES, 2012), concluímos que ambos se constituem em contribuições importantes para o desenvolvimento da educação municipal. Cabe indicar, ainda, que devem ser estudados e explorados pelos docentes, que desconhecem o teor dos documentos que regem o sistema municipal de ensino de Lages. É importante ressaltar que a teoria encontrada nos documentos oficiais precisa embasar a prática e a prática, embasar a teoria. Conforme Saviani (2013) é necessária uma nova interpretação de formação de professores que contemple a continuidade de estudos para que a materialidade da ação educativa ocorra de forma que a teoria se confunda com a prática. É evidente que a formação continuada de professores necessita de compromisso político dos profissionais da educação, assumindo a prática docente com vistas à transformação social. Assumir o compromisso político da formação continuada pode instigar a vontade política dos professores em participar deste processo, de modo que a materialidade da sua ação educativa seja concretizada, de fato, de acordo com a base teórica constante nas diretrizes educacionais.



Pensar nos documentos oficiais que regem a educação é de extrema importância, pois eles norteiam o trabalho docente por meio de estudos nos espaços da formação continuada, sendo assim, é fundamental que as perspectivas teóricas e epistemológicas estejam de acordo com a linha que se pretende seguir para que, desta forma, não venham a provocar contradições na escrita e, conseqüentemente, dificuldade na compreensão sobre a linha teórica que se deve seguir.

É preciso pensar na formação dos professores de forma extensiva em direção à formação do estudante, pois, esta se reflete na ação educativa. Valorizar a o trabalho docente por meio da formação continuada é compreender que as práticas do professor são transformadoras e podem contribuir na elaboração de documentos oficiais, assim como estes interferem diretamente na sua prática. O compromisso político com a aprendizagem transcrito nos documentos legais e por meio da formação continuada necessita considerar o processo histórico e social do sujeito, a fim de se buscar a transformação da escola no todo, pensando na concepção de mundo, de ser humano, de escola e de sociedade que procuramos defender.

Diante disto, é necessário que as concepções epistemológicas sejam, primeiramente, compreendidas pelos professores em uma abordagem crítica, de modo que, ao estudar tais concepções no espaço da formação continuada, seu pensamento encontre a sala de aula e, que a partir destes estudos, as teorias façam sentido para a prática, ao mesmo tempo que esta ressignifique a compreensão sobre a teoria pretendida. Os documentos oficiais devem fazer parte da formação continuada, assim como da sala de aula em um processo intrínseco o qual o professor reconheça-o em sua prática, de forma concisa.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 17 fev. 2019.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: [http://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590\\_por](http://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por). Acesso em: 17 fev. 2019.

LAGES. Secretaria da Educação do Município de Lages. **Projeto Conhecer**: a excelência do ser na busca do saber e do fazer. Lages, SC. [S.I.: s.n.], 2012. Disponível em: <http://pt.scribd.com/document/73623998/Projeto-conhecer>. Acesso em: 17 fev. 2019.

LAGES. **Lei nº 4114**, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipais.com.br/a/sc/l/lages/lei-ordinaria/2015/411/4114/lei-ordinaria-n-4114-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-e-da-outras-providencias> Acesso em: 17 fev. 2019.

IANNI, Otavio Org.). **Karl Marx: sociologia**. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas, Ione de Andrade e Fausto N. Pellegrini. São Paulo: Ática, 1979, p. 45-61.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. p.1-13. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/966/126>. Acesso em: 24 de nov. 2018

MUELLER, Rafael R. O novo (velho) paradigma educacional para o Século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 164, p. 670-686, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3906>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/07.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. A Pedagogia Histórico Crítica, as lutas de classes e a Educação escolar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, 2013. Disponível em: <http://portalseer.ufba.br/index.php/revista-germinal/article/view/9697>. Acesso em: 17 fev. 2019.

VIGOTSKI, Lev Semionovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Icone, 1998.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In*: VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10. ed. Tradução Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 2007. p. 103-117.

Recebido em: 19/02/2019

Aprovado em: 23/03/2020

Publicado em: 01/04/2020